

**Gravações  
provocam  
debate em  
plenário**

PÁGINAS 5 a 8

## Banqueiros e ex-diretores do BC sofrerão devassa

Decisão foi tomada ontem pelos membros da CPI do Sistema Financeiro, depois de ouvir depoimento, a portas fechadas, do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel

Secretário Everardo Maciel (E), ao lado dos senadores Bello Parga e João Alberto, prestou depoimento sigiloso ontem à CPI dos Bancos



A pedido da CPI do Sistema Financeiro, a Secretaria da Receita Federal realizará uma devassa nas declarações de renda e nas movimentações bancárias dos controladores e sócios dos bancos Marka e FonteCindam (entre eles, Salvatore Cacciola e Luís Antônio Gonçalves), bem como de três ex-diretores do Banco Central (Francisco Lopes, Cláudio Mauch e Demóstenes Madureira). A decisão foi tomada após novo depoimento – desta vez, sigiloso – do secretário da Receita, Everardo Maciel, que deu detalhes sobre as auditorias que estão sendo realizadas nos dois bancos envolvidos com as operações de venda pelo Banco Central de dólares abaixo da cotação de mercado, em janeiro passado. A CPI e a Receita trabalharão juntas na devassa.

PÁGINA 3

## Serra Pelada poderá ter garimpeiros de volta

PÁGINA 2



Os senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem a Medalha do Mérito Industrial, oferecida *post mortem* ao seu filho, Luís Eduardo, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Fernando Bezerra. Antonio Carlos creditou a homenagem ao papel do ex-deputado na aprovação das reformas pelo Congresso.

PÁGINA 5

## CPI DO JUDICIÁRIO



Em seu depoimento à CPI, Gama e Silva foi refutado pelos senadores ao afirmar que estariam concluídos 98% da obra

## Senadores contestam versão de engenheiro sobre obra do TRT-SP

Os senadores integrantes da CPI do Poder Judiciário contestaram a afirmação feita pelo engenheiro Antonio Carlos Gama e Silva, em depoimento à comissão, de que 98% da obra do fórum do TRT-SP estariam concluídos. Segundo o relator Paulo Souto, apenas 22,53%

das instalações elétricas e telefônicas estão prontas. Também ouvido ontem, o engenheiro Gilberto Morand Paixão disse que somente 80% da obra foram concluídos, embora 98% dos seus custos tenham sido pagos.

PÁGINA 4

# Decreto permite volta de garimpeiros a Serra Pelada

Senado aprova proposta revogando ato de 1992 do presidente da República, que teria exorbitado do seu poder regulamentar

O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo restaurando o direito de os garimpeiros trabalharem em Serra Pelada (PA). O decreto sustou os efeitos da nota do antigo Ministério da Infra-Estrutura, aprovada pelo presidente da República, em março de 1992, que proibiu novas prorrogações de prazo para a garimpagem em Serra Pelada, devolvendo todos os direitos de lavra à Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, "a decisão do governo resultou em enorme conflito social, tensão e confusão jurídica envolvendo milhares de pessoas no sul do estado do Pará". Para avaliar a situação dos garimpeiros, a CCJ enviou à região uma comissão formada pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ernandes Amorim (PPB-RO), Gilvam Borges (PMDB-AP), Ademir Andrade (PSB-PA), Jonas Pinheiro (licenciado) e Regina Assumpção (ex-titular do PTB).



Plenário aprovou decreto após visita de comissão de senadores à região e parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável à medida

A CCJ concluiu, em seu parecer, que o Executivo exorbitou do poder regulamentar: "A nota do ministério que cassou o direito dos garimpeiros de explorar parte da lavra (100 hectares), em Serra Pelada, ultrapassou esse poder, porque o direito mineral concedido em forma de lei não pode

ser revogado por nota ministerial".

O projeto de decreto legislativo foi enviado à Câmara dos Deputados. A Ordem do Dia incluiu, ainda, o segundo dia de discussão da PEC que trata da regulamentação do sistema financeiro, devendo sua votação se realizar na próxima sessão deliberativa da Casa.

## Ministério da Defesa é tema de reunião

A criação do Ministério da Defesa será examinada hoje, a partir das 10h, em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A criação do ministério é prevista em projeto de lei que estabelece as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Após a reunião conjunta, a CCJ apreciará o projeto de lei que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que já deu parecer favorável com emenda. Será apreciado ainda projeto de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia o prazo de filiação partidária e tem como relator o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que deu parecer favorável.

A CRE se reúne às 17h para discutir atos internacionais e a indicação da diplomata Dinah Flusser para o cargo de embaixadora em Barbados.

## Juros, último dia de discussão

O plenário do Senado promove hoje o terceiro e último dia de discussão em segundo turno do substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional que altera o sistema financeiro nacional.

A proposta, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), acaba com o limite de 12% ao ano para a taxa de juros e propõe nova redação para os artigos 163 e 192 da Constituição, além de alterar o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## Tarifa social de energia poderá beneficiar carentes

Os consumidores de energia elétrica que demonstrem um pagamento continuado de até R\$ 5,00 mensais, durante pelo menos seis meses, e os beneficiários de programas de eletrificação domiciliar executados por conta dos governos estaduais ou prefeituras municipais poderão vir a pagar uma taxa social de R\$ 2,00 por mês, durante cinco anos, conforme projeto que será apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h. De autoria dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Geraldo Melo (PSDB-RN), o projeto tem parecer favorável

do senador Moreira Mendes (PFL-RO). Depois de examinada na CAS, a proposta será encaminhada para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde tramitará em caráter terminativo.

A CAS examinará em caráter terminativo parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que determina a exibição do registro no órgão de vigilância sanitária nas peças publicitárias de produtos medicinais e alimentícios ou de tratamentos que impliquem a ingestão de drogas.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- 11h30 - Recebe delegação de empresários da seção norte-americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
- 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à "PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional"; "Requerimento nº 230/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania"; "Requerimento nº 231/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos"; "Requerimento nº 232/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos"; "Requerimento nº 233/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 115/99, que autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito do petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura"; e "Requerimento nº 234/99, da senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre o PLS nº 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito do petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

### COMISSÕES

- 9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário ao substitutivo do Senado ao "PLC nº 94/94; "PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral"; "PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma"; "PLS nº 118/99, que institui a Tarifa Social de Energia Elétrica para consumidores de baixa renda"; "PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem"; e "PLS nº 174/99, que determina a exibição de registro no órgão de vigilância sanitária dos produtos que especifica. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- 10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: "PLC nº 25/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*  
Após a reunião conjunta - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: "PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); "PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados às seguintes matérias: "PL nº 001/99-CN; "Mensagem nº 312/99-CN, referente à BR-174/RR - divisa AM/RR - Marco BV-8; "Mensagem nº 312/99-CN, referente ao metrô de Belo Horizonte, trecho Calafate-Barreiro. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*  
14h - CPI do Judiciário  
Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: "Mensagem nº 278/98, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Dinah Flusser para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Barbados; "Mensagem nº 100/99, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Jorge D'Escagnolle Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Angola; PDL nº 5/98, aprova texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a República da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2; PDL nº 26/99, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfico de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre Brasil e Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997; "PDL nº 27/99, aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre Brasil e França, em Paris, em 27 de novembro de 1997; "PDL nº 37/99, aprova o texto do Acordo sobre a Operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), em Brasília, em 10 de março de 1998; "PDL nº 33/99, aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997; "PDL nº 34/99, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997; "PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; "PDL nº 31/99, aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova York, em 28 de outubro de 1996; "PDL nº 46/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre Brasil e Cuba, em Havana, em 27 de maio de 1998; "PDL nº 32/99, aprova o texto da Resolução nº A12-5, com as Emendas ao Estatuto da Cloc, aprovadas pela XII Assembleia ordinária, realizada na cidade do Panamá, concluída em 8 de novembro de 1996; "PDL nº 40/99, aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Brasil e a República Eslovênia, em Liubliana, em 16 de junho de 1997; e "PDL nº 45/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre Brasil e Estados Unidos, em Brasília, em 14 de outubro de 1997. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

### ESPECIAL

- 12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Máquina Mortífera 4*. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CPI pede à Receita devassa nas contas de ex-diretores do BC

Solicitação da comissão abrange também dirigentes dos bancos Marka e FonteCindam, que receberam ajuda na mudança cambial

A CPI do Sistema Financeiro pediu ontem à Secretaria da Receita Federal que faça uma devassa nas declarações de renda e movimentação bancária dos controladores dos bancos Marka e FonteCindam e de ex-dirigentes do Banco Central, entre eles Francisco Lopes. Para isso, a Receita receberá da CPI documentos obtidos com a quebra de sigilo bancário e irá cruzar todas as informações com as declarações de renda dos investigados.

A decisão foi tomada pela CPI durante depoimento, a portas fechadas, prestado pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Durante quase três horas, o secretário detalhou propostas para reduzir a fuga de pagamentos de impostos e relatou os resultados de auditorias que o órgão vem fazendo nos bancos Marka e FonteCindam desde que foi criada a CPI.

A devassa abrangerá o banqueiro Salvatore Cacciola e seus sócios no



Em depoimento a portas fechadas na CPI, presidida por Bello Parga (E), Everardo Maciel detalhou proposta para reduzir a evasão fiscal

Banco Marka, Luís Antônio Gonçalves e controladores do Banco FonteCindam, além de Francisco Lopes, Cláudio Mauch (ex-diretor de Fiscalização do BC) e Demóstenes Madureira de Pinho Neto (ex-diretor da Área Externa do BC).

Ficou acertado que a CPI e a Receita irão trabalhar em conjunto e os senadores chegaram a pedir o envio de técnicos para analisar a documentação da CPI. Everardo Maciel ponde-

rou que o trabalho renderia pouco com os fiscais fora da Receita e se concluiu que o relator da CPI, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), selecionará os documentos a serem enviados ao fisco.

— O trabalho irá render muito mais e a ajuda da Receita será da maior importância para a CPI — afirmou depois da reunião o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da comissão de inquérito.

## “Decálogo anti-sonegação” fecha brechas na legislação

A Secretaria da Receita Federal irá preparar e enviar à CPI do Sistema Financeiro dez propostas de mudanças na legislação, objetivando fechar brechas usadas atualmente por empresas, principalmente bancos, para redução dos impostos pagos. Entre as propostas estará um tratamento tributário idêntico para investidores estrangeiros e brasileiros, seja nas aplicações em fundos de renda fixa ou variável. Pela legislação em vigor, brasileiros chegam a pagar 20% de imposto de renda nos fundos de renda fixa, enquanto estrangeiros são isentos.

As mudanças, chamadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de “decálogo anti-sonegação”, poderão ser aproveitadas pela CPI em seu relatório final. “Os senadores da CPI vão discutir as propostas e analisarão a sua viabilidade”, disse o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Elas foram apresentadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. São elas:

1) Tratamento tributário isonômico entre residentes e não-residentes (os não-residentes têm taxaço menor).

2) Igualdade de tributação nos fundos de renda fixa (hoje, 20% de IR) e renda variável (10%).

3) Aprovação, pela Câmara, do projeto que muda a lei de sigilo fiscal, já votada pelos senadores. Por ela, a Receita poderá pedir a quebra de sigilo bancário já com a abertura de processo administrativo.

4) Mudanças na Constituição para que as liminares concedidas pela Justiça, nos casos de suspensão de pagamentos de tributos, tenham duração limitada. Na semana passada, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, propôs 90 dias, depois de denunciar na CPI que há no Brasil “uma verdadeira indústria das liminares” para adiar indefinidamente o pagamento de impostos.

5) Tributação na fonte do *day trading* (mercado futuro).

6) Tributação na remessa de juros para o exterior (limitar a dedutibilidade dos juros).

7) Maior celeridade no julgamento de processos tributários pela Justiça.

8) Modificações no processo de execução fiscal, para acelerar as cobranças e reduzir medidas protelatórias.

9) Mudanças na cobrança da Contribuição sobre o Lucro Líquido, fechando brechas existentes.

10) Instituição de imposto mínimo a ser pago pelas empresas.

## Apelo em favor do projeto sobre quebra de sigilo

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro decidiram ontem que a comissão de inquérito fará um apelo formal aos deputados para que votem, sem alterações, o projeto que muda a lei do sigilo bancário no país. O projeto já foi votado pelos senadores e, se aprovado pelos deputados, irá à sanção presidencial.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou à CPI que o projeto “é muito bom”, desde que não seja alterado na Câmara. Por ele, a Receita poderá quebrar o sigilo bancário de pessoas e empresas apenas com a instauração de processo administrativo. Atualmente, a quebra de sigilo tem de ser solicitada à Justiça e só pode ser feita após o processo administrativo, que permite ao acusado várias medidas protelatórias.

Em entrevista à imprensa, o secretário da Receita afirmou que o sigilo bancário, como está na atual legislação, “acaba protegendo os sonegadores, e não a sociedade”. Explicou que muitos processos administrativos contra suspeitos acabam sem punição, pois a sonegação só seria comprovada com a análise das contas bancárias dos envolvidos. E o “Leão”, por sua vez, só pode pedir à Justiça quebra do sigilo bancário se contar com provas de sonegação.

## Comissão de Orçamento vai investigar obra do TRT-SP

A liberação de recursos para a construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo será investigada pela Comissão Mista de Orçamento. A obra do fórum trabalhista de São Paulo, que a CPI do Judiciário vem investigando, foi superfaturada e, apesar de várias liberações de recursos, continua inacabada.

Os parlamentares que compõem a Comissão de Orçamento vão formar uma subcomissão temporária para avaliar o processo de decisão que levou a comissão a aprovar, a partir de 1992 até este ano, recursos para a construção do prédio. A subcomissão vai trabalhar, inicialmente, por um período de 30 dias.

O autor do requerimento para a formação da subcomissão foi o deputado

Alberto Goldman (PSDB-SP). Os parlamentares aprovaram o requerimento por unanimidade na reunião da comissão realizada no último dia 11 deste mês.

Tendo em vista a aprovação dessa investigação, o deputado Giovanni Queiroz (Bloco Oposição-PA) deverá apresentar um requerimento para que a mesma subcomissão que investigará a obra de São Paulo analise também a aprovação de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia.

De acordo com o deputado, os recursos para o Fórum Trabalhista de São Paulo e para a construção da sede do TRT de Rondônia foram autorizados no mesmo período pela Comissão de Orçamento. Giovanni Queiroz disse ainda, na justificativa de seu requerimento, que informou à CPI do Judiciário sobre a liberação de créditos para esses dois investimentos.

## Caso de Rondônia será examinado

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 10 horas, para examinar a liberação de recursos destinados a obras públicas. Um dos itens que constam na pauta da reunião é a votação de um requerimento para que a comissão analise o processo de liberação de recursos para a construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia (*veja matéria acima*).

Outro item da pauta, relacionado ao Banco da Terra, é a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 95,191 milhões para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. O autor do substitutivo é o senador Arlindo Porto (PTB-MG).

O relatório referente à BR-174, em Roraima, volta à pauta da comissão. O relator da matéria, deputado José Lourenço (PFL-BA), deu parecer favorável à liberação dos recursos para a construção da rodovia, no valor de R\$ 86 milhões, que estão bloqueados. O senador Romero Jucá (PSDB-RR),

embora concorde com a liberação dos recursos, já previstos no Orçamento deste ano, quer que a construção da obra continue sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), devido a suspeitas de irregularidades.

De acordo com informações prestadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), houve pagamento antecipado de serviços para a obra, bem como fracionamento ilegal de despesas, uma prática que não tem sido aceita pela autarquia, a partir de um acordo com o estado. Houve ainda, segundo informações do DNER e do próprio senador Romero Jucá, falhas nos processos licitatórios.

A comissão apreciará ainda relatório final referente ao subprojeto de implantação do sistema de metrô em Belo Horizonte, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. O relator da matéria é o deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), que dá parecer favorável à liberação de R\$ 22,42 milhões para a obra.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1999

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1997. Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 585, de 1996. Sustenta os efeitos da Nota Conjuntiva/Minfra nº 0024/92, aprovada pelo senhor presidente da República, segundo despacho publicado em 24 de março de 1992, na Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura. (Garimpeiros de Serra Pelada).

2

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997. José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

3

Requerimento nº 228, de 1999. Romeu Tuma. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 189 e 243, de 1999, que versam sobre crimes considerados hediondos.

4

Requerimento nº 229, de 1999. Emilia Fernandes. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, com o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999, por versarem sobre a veiculação de mensagens educativas de trânsito.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 189 e 243, de 1999, passam a tramitar em conjunto. À CCI, em decisão terminativa.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 44 e 245, de 1999, passam a tramitar em conjunto. À CE, CAS e CCI.

# Estado da obra do TRT-SP tem dados divergentes

Engenheiro confirma informações dos laudos que fornecera ao tribunal de que 98% estão prontos. Senadores e firma de auditoria Falcão Bauer constataram uma realidade diferente. “A obra é um esqueleto”, diz Agripino Maia

Ao afirmar ontem, em depoimento à CPI do Judiciário, que estariam quase concluídas as obras do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), o engenheiro Antônio Carlos Gama e Silva foi contestado pelos senadores que integram a comissão. Contratado pelo tribunal para acompanhar a construção, Gama e Silva confirmou a informação constante dos laudos que fornecera ao TRT-SP de que 98% da obra já estão prontos.

O engenheiro disse que chegou a esse número a partir da avaliação físico-financeira do empreendimento. Os laudos assinados por Gama e Silva contêm os valores já pagos pelo tribunal e não apenas a execução física da obra. De acordo com o requerimento de criação da CPI, proposta pelo senador Antonio Carlos Magalhães, já foram consumidos R\$ 230 milhões na construção do que seria a sede das juntas de conciliação e julgamento de São Paulo.

Os membros da CPI refutaram as avaliações de que o prédio estaria quase



O engenheiro Gama e Silva informou que foi contratado quando a obra já havia sido iniciada e que, portanto, “não poderia discutir preços”

pronto. O vice-presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), lembrou que apenas 10 dos 24 elevadores previstos no projeto haviam sido entregues, e que destes somente seis estavam instalados. “Visitamos a obra e vimos que nem 60% haviam sido concluídos”, opi-

nou. O senador José Agripino Maia (PFL-RN) disse que a informação prestada pelo engenheiro “causa espécie, porque a visão que se tem da obra é de um esqueleto”.

O relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentou auditoria realizada pela

firma Falcão Bauer, com dados que se chocam com os apresentados por Gama e Silva. A auditoria, por exemplo, avaliou que apenas 22,53% dos serviços elétricos e de telefonia estavam prontos. Paulo Souto também apresentou documento da própria construtora Incal, responsável pela obra, atestando que apenas 85% estariam concluídos. O relator quis saber do engenheiro por que concordou com a avaliação inicial do tribunal de que o terreno onde foi erguido o empreendimento representava 23% de seu custo total.

– Esperava que o depoente dissesse que não concorda com essa avaliação, que é inadmissível, feita exclusivamente para justificar o desembolso de R\$ 23 milhões a título de entrada antes que a obra começasse – afirmou Paulo Souto.

Gama e Silva argumentou que foi contratado quando a obra já havia sido iniciada e que, portanto, “não poderia discutir os preços”.

## Estevão destaca nomeação de primeira mulher para o STJ

“Pela primeira vez, na história da magistratura brasileira, uma mulher é alçada ao cargo de ministra de uma corte superior de Justiça”, disse ontem o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), referindo-se à indicação da juíza Eliana Calmon Alves para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Nascida em Salvador, Eliana Calmon Alves tem 31 anos de carreira jurídica, tendo se formado em 1968 pela Universidade Federal da Bahia. Desde 1989, conforme Luiz Estevão, é juíza do Tribunal Federal Regional da 1ª Região, exercendo, portanto, há mais de 10 anos o cargo de juíza federal em Brasília.

– Vemos aqui um significado muito grande para essa escolha. O ingresso de uma mulher numa corte superior brasileira é o reconhecimento um tanto tardio, é verdade, mas sempre oportuno, do inegável papel da mulher, que, cada vez mais, tem exercido e ocupado espaços na magistratura brasileira, notadamente nos juizados de primeira instância – celebrou o senador.

### SERVIDORES

Luiz Estevão também informou ter enviado carta aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Orçamento, Pedro Parente, para tratar de assunto relacionado com os funcionários públicos. Ele explicou aos dois ministros que, computados os números dos servidores que optaram pelo recebimento de 28,86% a que têm direito por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, chegou-se a 426 mil servidores.

Estando esgotado o prazo para a opção do recebimento na forma proposta pelo governo – 14 prestações semestrais, totalizando sete anos – o senador verificou que o número de servidores que aceitou a proposta é exatamente a metade do universo de servidores que têm direito a esse recebimento.

Luiz Estevão entende que, já que o valor orçamentado para 1999 era de R\$ 1,7 bilhão para pagamento de duas parcelas aos 850 mil servidores, e como apenas 426 mil concordaram com a proposta do governo, o ideal é que seja mantido o valor de R\$ 1,7 bilhão. Dessa forma, argumentou ele, será possível contemplar não com duas parcelas, mas sim com quatro parcelas, esses servidores que aceitaram a proposta do governo federal.

## Comissão ouve ex-contador de consórcio

A CPI do Judiciário ouve amanhã o ex-contador do Consórcio Nacional Itapemirim, Antonio Carlos de Moraes, para prestar esclarecimentos sobre a situação patrimonial da empresa antes da morte do seu proprietário, Washington Nominatto, em novembro de 1987. A CPI está investigando o inventário da herança deixada por Washington para seu filho, Luiz Gustavo Nominatto, que, segundo denúncias, teria sido dilapidada pelos administradores do espólio.

No mesmo dia, os senadores ouvem o ex-advogado da mãe de Luiz Gustavo, Joaquim Tomás Lopes. Hoje, a CPI realiza reunião administrativa, a partir das 14 horas.

## Djalma Bessa faz balanço positivo na TV

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) faz um balanço positivo das atividades da CPI do Judiciário e adianta os próximos passos da comissão, em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, às 8h.

Djalma Bessa explica que será feita uma triagem nos documentos que chegaram até agora à comissão para selecionar os mais importantes. “As denúncias de ordem mais pessoal serão encaminhadas diretamente ao Ministério Público para investigação”, disse ele.

Segundo o senador, a CPI já alcançou pelo menos um resultado prático: está claro que os tribunais de Justiça não têm estrutura apropriada para acompanhar e fiscalizar obras.

## Senadores encontram mais de 200 ligações entre engenheiro e juiz

O senador Carlos Wilson, vice-presidente da CPI do Judiciário, informou ontem, durante depoimento do engenheiro Antônio Carlos Gama e Silva, que foram detectadas “mais de 200 ligações entre o engenheiro e o juiz Nicolau dos Santos Neto”. Momentos antes, Gama e Silva havia dito à CPI que seus encontros com o juiz, presidente da comissão responsável pela obra de construção da sede das juntas de conciliação e julgamento da capital de São Paulo, haviam sido apenas “esporádicos”.

Os senadores solicitaram ao depoente explicações sobre o seu desligamento do trabalho de acompanhamento.

Gama e Silva, que acompanhou o empreendimento de 1993 até 1998, disse que, quando detectou o descumprimento do cronograma das obras, sugeriu à comissão do TRT a realização de diligências no local e auditorias técnicas dos contratos de entregas de materiais. O engenheiro disse que ficou “constrangido e contrariado ao saber, de forma oficiosa”, que havia negociações entre o tribunal e a Incal, empresa responsável pela obra, para o reequilíbrio do contrato do empreendimento. Este fato, de acordo com Gama e Silva, provocou a sua decisão de rescindir o contrato de prestação de serviços.

Gama e Silva disse que não era o responsável pelas medições técnicas na execução da obra. “Eu emitia pareceres técnicos da evolução físico-financeira da construção.” O relator da CPI, senador Paulo Souto, lembrou as informações prestadas por ex-presidentes do TRT-SP à comissão. “Todos disseram que o tribunal precisava de engenheiro que desse garantia de que a obra tinha compatibilidade entre o desembolso financeiro e a execução física. Se o depoente disser que não teve responsabilidade pelas avaliações, não há o que ser perguntado”, observou Paulo Souto.

## Reequilíbrio financeiro foi justificativa para desembolso de mais R\$ 34 milhões

O engenheiro Gilberto Morand Paixão afirmou, em depoimento ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

que investiga irregularidades no Poder Judiciário, que a obra do Fórum de Primeira Instância da Justiça do Trabalho em São Paulo estava cerca de 80% concluída, enquanto quase a totalidade – 98% – já havia sido paga. Morand Paixão foi contratado para avaliar o reequilíbrio do contrato financeiro, que acabou destinando mais R\$ 34 milhões para a conclusão da obra.

Morand Paixão disse que, além de avaliar o novo contrato, deveria autorizar os pagamentos à construtora a partir da medição da obra. Ao contrário do enge-

nheiro Antônio Carlos da Gama e Silva, que o antecederia no TRT-SP e no depoimento à CPI, Paixão afirmou que fez

gundo argumentação da Construtora Incal e do próprio TRT.

Morand Paixão explicou que o reequilíbrio financeiro do contrato é previsto na legislação e utilizado quando mudam as circunstâncias vigentes em relação à data em que o contrato foi assinado. O principal problema apontado por ele foi o atraso em algumas das parcelas do pagamento, que gera outras despesas para a empresa encarregada da execução do serviço. Entre essas despesas listou a cobrança de juros, o pagamento de impostos novos como a CPMF e a manutenção de recursos humanos e maquinário no canteiro de obras.



Os senadores Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet acompanharam o depoimento do engenheiro Gilberto Morand

todas as medições, única forma que encontrou para fiscalizar os 19,75% que ainda precisavam ser construídos, se-

# ACM defende posição de FHC no leilão da Telebrás

Presidente do Senado diz não ter visto nada que comprometa o chefe do Executivo nos diálogos telefônicos mantidos com o então presidente do BNDES, André Lara Resende, alvo de escuta clandestina

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na manhã de ontem a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso no processo de privatização das empresas do sistema Telebrás. O senador destacou não ter visto nada que comprometa o presidente da República nos diálogos telefônicos mantidos com o então presidente do BNDES, André Lara Resende, alvos de uma escuta clandestina. As fitas tiveram sua transcrição divulgada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Na avaliação de Antonio Carlos, que ressaltou não ter tido tempo para ler todo o material publicado, “na parte do presidente, nada ali compromete Fernando Henrique, que apenas foi solicitado por um auxiliar a falar com a Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), para que o leilão não terminasse sem concorrente”.

– Na parte que li, não há nada que incrimine o presidente – enfatizou o senador.

Apesar disso, o presidente do Senado considera que o conjunto do diálogo “não é nada bom, sobretudo pela linguagem utilizada, que não é uma linguagem de autoridade”. Antonio Carlos observou que na leitura da transcrição não aparece uma intervenção presidencial direta em favor de qualquer lado. Fernando Henrique teria interferido indiretamente para ajudar ambos os lados, em benefício da concorrência, entende o senador.

Nos diálogos transcritos pelo jornal paulista, o ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) relata ao presidente da República a evolução do processo de formação dos consórcios para a disputa das diversas empresas integrantes do sistema Telebrás. E pede a Fernando Henrique para falar com a Previ, determinando o apoio do fundo de pensão ao consórcio liderado pelo Banco Opportunity, na disputa com o consórcio Telemar pelo controle da Tele Norte-Leste.

Diante das repercussões políticas da divulgação das fitas, o senador Antonio Carlos Magalhães voltou a destacar que “o Congresso Nacional é livre e soberano para deliberar pela vontade de sua maioria”. No entanto, “em princípio”, ele se coloca contra as sugestões de formação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as privatizações.

– O ideal é que isso fosse um capítulo encerrado e que nos voltássemos para uma agenda positiva, pois mexer agora nessa coisa do passado só prejudica a economia, que está indo bem – disse.

Antiga, também, seria a referência do ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros ao ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, diz o senador. “Mendonça saiu-se muito mal; quem ele achava babaca é hoje o ministro do Orçamento do presidente Fernando Henrique Cardoso”, observou.



Observado por Lúcio Alcântara e Michel Temer, Antonio Carlos cumprimenta o ministro Celso de Mello

## Condecoração do presidente do STF mostra entendimento entre Poderes

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que existe um “entendimento perfeito” entre Legislativo e Judiciário, ao discursar, ontem, na solenidade em que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional.

– Além do entendimento perfeito com os demais poderes, sobretudo com o Congresso Nacional, Vossa Excelência se houve muito bem, na presidência do Supremo, com o próprio país, elevando sempre o nome desta corte. Muito obrigado pela atuação, por ter mantido a dignidade e a honra da magistratura brasileira – disse Antonio Carlos.

O ministro, cujo mandato na presidência do tribunal está se encerrando, afirmou sentir-se “profundamente honrado” com a homenagem, mas disse que preferia vê-la não como dirigida a uma pessoa, e sim como “um gesto muito significativo e eloquente, de respeito do Congresso ao Judiciário”, e uma contribuição ao “convívio reciprocamente respeitoso entre os Poderes que é nossa obrigação constitucional”.

### JOGO DEMOCRÁTICO

Celso de Mello enfatizou que a criação da CPI do Judiciário pelo Senado não pode ser vista como desrespeito à magistratura, porque ninguém está fora do alcance da fiscalização:

– Todos os agentes públicos são responsáveis pelos atos ilícitos que cometam ou pelos desvios funcionais em que possam incidir. A noção republicana não vive sem a idéia da fiscalização e da responsabilidade. Administradores, legisladores e magistrados, somos todos responsáveis perante o cidadão. Estamos todos sujeitos ao império da lei, e nenhuma autoridade pode

pretender-se excluída da crítica ou da fiscalização – esclareceu.

O presidente do Supremo estabeleceu também que o papel fiscalizador do Legislativo sobre as atividades dos demais poderes é apenas parte do jogo democrático:

– O normal desempenho de uma prerrogativa institucional não implica qualquer gesto de desrespeito ou transgressão aos postulados maiores. Nisso reside a essência do princípio da separação dos poderes no regime democrático. Ao desempenhar sua tríplice função – representar o povo, elaborar as leis e fiscalizar e controlar todas as instâncias do Estado –, o Legislativo jamais poderá ser acusado de transgredir a ordem constitucional, pois, na realidade, está exercendo, com plena legitimidade, os graves encargos que lhe conferiu a cidadania – resumiu.

### COLABORAÇÃO

Outro ponto salientado por Celso de Mello em seu pronunciamento foi o da necessidade de colaboração do Congresso para se chegar a uma efetiva re-

forma do Judiciário:

– O Legislativo vem desenvolvendo trabalho muito importante no sentido de obter aprimoramento institucional do Poder Judiciário. Precisamos dar acesso verdadeiro ao aparelho jurídico a todos os brasileiros, não podemos esquecer que milhões sofrem o estigma da exclusão jurídica, sem possibilidade de tornarem efetivos os direitos abstratamente proclamados pela Constituição – afirmou.

A cerimônia de homenagem a Celso de Mello foi realizada no Salão Branco do Supremo. Além de Antonio Carlos, que é Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional, participaram também o presidente da Câmara, deputado Michel Temer – que na qualidade de Chanceler da Ordem condecorou o presidente do STF –, integrantes das Mesas Diretoras do Senado e da Câmara, líderes partidários, senadores, deputados, ministros do Supremo, membros do Ministério Público, magistrados e advogados. Uma exibição do Coral do Senado abriu a solenidade.

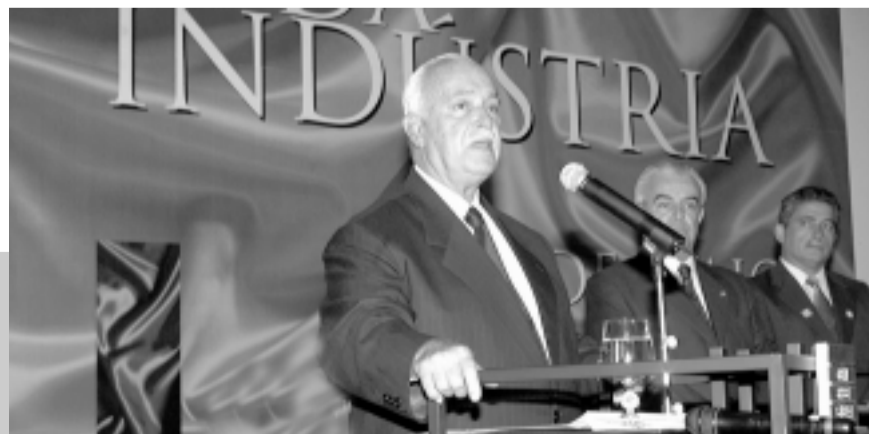
## Homenagem a Luís Eduardo emociona o senador

Ao agradecer homenagem da Confederação Nacional da Indústria ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a Medalha do Mérito Industrial oferecida *post mortem* a seu filho servirá para a família e principalmente para ele, pai do homenageado. O presidente do Congresso ressaltou, emocionado, que o filho, morto aos 43 anos, foi, no Legislativo, o maior reformador político que o Brasil teve no período contemporâneo.

– Não há nenhuma reforma econômica que não tenha passado graças aos esforços de Luis Eduardo e, se o ano em que vivemos agora está mais difícil, é muito mais pela sua ausência. Mas o seu exemplo, o seu estímulo, a justiça que o Brasil lhe tem feito em todos os estados da federação e, ainda agora, pelo presidente da CNI e todos os senhores empresários, isto também nos estimula e serve para que tenhamos a certeza de que, com vida ou sem vida, a justiça chega para os homens que trabalham e lutam pelo Brasil – destacou o senador.

Antonio Carlos Magalhães homenageou os empresários brasileiros, dizendo que eles constroem a grandeza do país contra todas as dificuldades que enfrentam. Admitiu ter com eles eventuais divergências de métodos, mas sustentou que trilham juntos um caminho comum – o de fazer o Brasil desenvolver-se com rapidez e estabilidade e, sobretudo, capaz de promover justiça social. “E nisso os empresários são peças fundamentais, porque sem empresa não existem sequer empregados; sem êxito dos empresários, não pode haver justiça social”, afirmou ele.

Registrando sua gratidão pela homenagem, o presidente do Senado disse que ela é merecida em razão dos êxitos que Luís Eduardo teve na vida, “gloriosa em todos os sentidos”. Antonio Carlos Magalhães manifestou-se sensibilizado e afirmou que o filho trabalhou intensamente para que o Brasil alcançasse, talvez em futuro próximo, o desenvolvimento que todos desejam, daí porque “ele foi seguindo, no caso, as pegadas do presidente Fernando Henrique Cardoso”.



Na Confederação Nacional da Indústria, Antonio Carlos destaca o papel do empresário

# Suplicy pede CPI para investigar venda das teles

Senador considera grave o conteúdo das conversas telefônicas transcritas pela *Folha de S. Paulo* e conclama parlamentares a cumprirem o dever constitucional de fiscalizar os atos do Executivo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem no plenário requerimento propondo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar denúncias de participação de autoridades públicas no direcionamento do processo de privatização do sistema Telebrás. Ele anexou ao requerimento matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, que aponta a ação de autoridades governamentais no sentido de pressionar o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) para participar de um dos consórcios concorrentes.

Suplicy afirmou que a oposição considera esse um dos mais graves episódios relacionados com o processo de privatização, visto que, em



Suplicy quer investigar atuação de autoridades no direcionamento do processo de privatização do sistema Telebrás

sua opinião, não foram obedecidos os princípios da imparcialidade, impessoalidade, legalidade e probidade administrativa. Ele considerou o conteúdo das conversas telefônicas um fato grave, principalmente o diálogo entre o presidente da República

e André Lara Resende, então presidente do BNDES. E informou ao plenário que emissoras de rádio divulgaram o diálogo, sendo possível também acessá-lo pela Internet.

Da tribuna, Eduardo Suplicy leu trechos da transcrição do diálogo.

Também lembrou que, quando Luiz Carlos Mendonça de Barros, então ministro das Comunicações, esteve prestando esclarecimentos no Senado, foi indagado sobre o que seria a "bomba atômica" citada em transcrições de conversas telefônicas. O então ministro respondeu que seria algo relacionado com a Previ. Na verdade, concluiu agora Suplicy, ficou claro que era a interferência direta do presidente da República para que a Previ participasse do consórcio Opportunity.

Suplicy informou que, reunidos pela manhã, os líderes da oposição haviam resolvido colher assinaturas para a constituição de CPI destinada a averiguar as denúncias da *Folha de S. Paulo*. Ele assinalou que

constituiu fato extremamente grave o conteúdo das fitas, estando ali feridos vários textos legais, entre eles o artigo 85 da Constituição, que fixa como crimes de responsabilidade do presidente da República os atos que atentem contra a probidade na administração.

Eduardo Suplicy pediu aos senadores e deputados que assinem o requerimento de criação da CPI, porque, argumentou, assim exige o dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo. "Temos que cumprir o dever de apurar rigorosamente fatos como esse. E o caminho é a comissão parlamentar de inquérito", disse, solicitando a transcrição da reportagem da *Folha de S. Paulo* nos Anais da Casa.

## Interferência no leilão contraria a lei, diz Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou "um sofisma" argumentar que a interferência do governo no processo de privatização da Telebrás para aumentar o preço a ser obtido é uma atitude correta. Ele fez a afirmação ao rebater a defesa do presidente Fernando Henrique Cardoso feita pelos senadores da base governista diante da publicação ontem, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, da transcrição de telefonemas entre o presidente e autoridades do governo.

— Se é bom para o governo angariar mais dinheiro, essa atitude precisa ser condenada, porque ela é expressamente proibida pela legislação que rege as licitações. Não podemos esquecer que leilão nada mais é do que um tipo de licitação, prevista na Lei 8.666 — afirmou.

Dutra contestou a afirmação dos governistas de que os diálogos publicados na *Folha* não tra-

zem qualquer novidade em relação aos divulgados em novembro passado. "Não é verdade. As fitas de novembro falavam do uso de uma 'bomba atômica', que o então-ministro Mendonça de Barros disse se tratar da Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB). A nova fita deixa claro que o detonador da bomba foi o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso", frisou.

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ressaltou que a escuta telefônica "é um ato criminoso". Também em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o maior escândalo não é a escuta ilegal, mas a figura do presidente direcionando os leilões das teles. Ao concluir, Dutra afirmou que a criação de uma CPI mista para investigar o assunto não deveria ser uma bandeira da oposição, mas uma reivindicação de todo o Congresso Nacional.



Dutra afirma que criação de CPI para investigar venda das teles não deveria ser bandeira da oposição, mas reivindicação de todo o Congresso

## Heloísa Helena defende apuração e vê crime de responsabilidade

Ao citar reportagem publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo* — baseada em fitas que registram telefonemas grampeados —, segundo a qual o presidente Fernando Henrique Cardoso não só sabia como também autorizou e participou de uma operação para favorecer empresas no leilão de privatização da Telebrás, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou sua posição favorável à instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o assunto.

Na opinião da senadora, desde que foram divulgadas as primeiras fitas contendo diálogos de telefonemas grampeados ficou evidente o crime de responsabilidade. Heloísa Helena considerou mais grave ainda o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso não ter assumido nenhuma posição para apurar o caso e punir os responsáveis. Ela registrou que só houve o afastamento dos envolvidos dos seus respectivos cargos porque o governo precisava dar uma justificativa à opinião pública.

Em nome da honestidade e do zelo com o patrimônio público, Heloísa Helena cobrou a instalação da CPI como uma forma de a sociedade brasileira ter as respostas sobre os fatos relativos à privatização da Telebrás. Ela discordou dos senadores dos partidos da base governista, para

quem a reportagem da *Folha de S. Paulo* não trazia novidades.

A senadora disse que a privatização da Telebrás não é o único fato envolvendo o presidente da República que precisa ser esclarecido. Afirmou que existem outros episódios que precisam de resposta, como a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, denúncias de compra de votos, má utilização de dinheiro público, tráfico de influências e "negociatas indecorosas".

Discordando de pronunciamento feito anteriormente pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), Heloísa Helena disse que a oposição, ao fazer denúncias, está cumprindo o seu papel. O senador pelo Maranhão havia dito que o Brasil precisava de uma oposição que não fosse destrutiva.

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que a população brasileira cansou de ver partidos políticos transformarem eventos, fabricados ou não, em palanques para benefício próprio. Ele disse não ter observado nada que merecesse a investigação de uma CPI na matéria publicada na *Folha de S. Paulo*.

Informando que havia acabado de colocar sua assinatura no pedido de instalação de uma CPI mista para investigar a privatização da Telebrás, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou uma dúvida sobre quem assumiria a Presidência, caso Fernando Henrique Cardoso fosse afastado do cargo. Ele também indagou sobre que efeito teria para o país um processo de *impeachment*.



Heloísa Helena apóia a criação da CPI "como forma de a sociedade ter respostas sobre os fatos relativos à privatização da Telebrás"

# Bezerra teme prejuízo à retomada do crescimento

Líder do governo no Senado expressa preocupação de que se instale no setor produtivo o receio de uma nova crise econômica. Para ele, transcrição de conversas telefônicas não traz elementos novos

Preocupado com as conseqüências do episódio da escuta telefônica envolvendo o presidente da República, acusado pela *Folha de S. Paulo* de ter favorecido um dos consórcios nas licitações do sistema Telebrás, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), líder do governo no Senado, disse ontem temer que se instale no setor produtivo nacional o receio de que a crise econômica retorne, impedindo a retomada do crescimento.

– Não posso deixar de registrar o sentimento dos empresários, que temem a incerteza, a instabilidade e o adiamento do futuro, com o aumento das desigualdades sociais que só serão superadas pelo desenvolvimento econômico – afirmou.

Fernando Bezerra ressaltou que a reportagem publicada ontem pelo jornal não traz qualquer elemento novo e apenas comprova, no seu entendimento, que o presidente Fernando Henrique Cardoso temia que o setor de telefonia fosse entregue a empresas não qualificadas.

– Não há qualquer novidade na reportagem e também não há qualquer envolvimento do presidente em ato ilegal. O que o presidente fez foi com a preocupação de que empresas sem qualificação viessem a operar no se-

Fernando Bezerra diz que gravações mostram preocupação de FHC com qualificação do setor de telefonia



tor de telefonia – salientou.

Em aparte, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) concordou com Fernando Bezerra. Segundo o líder do PMDB, a reportagem demonstra a preocupação do presidente com a qualificação dos grupos que participariam do leilão das teles. “O presidente só colaborou para que se evitasse um risco que teria conseqüências drásticas”, afirmou.

A mesma posição foi demonstrada pelo líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI). “A quem interessa um movimento dessa natureza, no mo-

mento em que a economia se recupera e o país retoma o seu ritmo de crescimento?”, perguntou o senador, referindo-se às denúncias.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) refutou a argumentação de que as investigações sobre participação do presidente no leilão das teles trariam prejuízos ao país. “Houve momentos difíceis no Brasil em que setores de oposição criticavam os atos do governo e, por isso, eram acusados de antipatriotas. É sempre hora para o Congresso Nacional exercer na plenitude as suas prerrogativas”, observou.

## Lobão afirma que presidente não cometeu nenhum delito

Em nome da liderança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) criticou ontem a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de instalar uma CPI para investigar denúncias de participação de autoridades na privatização do sistema Telebrás, afirmando que o presidente da República não cometeu nenhum delito para ser investigado. “Quanta facilidade se tem neste país para iniciar uma crise de grande envergadura como a que propõe a oposição”, comentou.

O senador disse que o Brasil precisa de uma oposição construtiva e não “destrutiva dos valores nacionais”, manifestando sua crença em um regime democrático em que haja oposição forte, “mas respon-

sável”. Para ele, o que se quer com essa proposta “é pôr para fora o presidente da República”.

– O líder da oposição apresenta o presidente da República como se ele tivesse cometido um delito, tipifica, julga e quase pune. A punição viria com a CPI. Onde está o delito, a não ser na mente da oposição? O presidente não cometeu nenhum ato indigno, nenhum delito, não é, portanto, passível de nenhuma punição. Não sou contra as CPIs, mas não posso apoiar uma CPI que não vise outra coisa senão o escândalo, senão provocar crises institucionais – afirmou Lobão.

Ele elogiou a liderança de Suplicy, mas disse que “certos líderes e certos partidos não conseguem viver senão no epicentro das crises”. Para o senador, Suplicy leu na *Fo-*



Edison Lobão

*lha de S. Paulo* uma reportagem que “nada tem de profundo e, apressadamente, horas depois da publicação de um diálogo gravado criminosamente, já propõe uma comissão parlamentar de inquérito”. Lobão salientou que a CPI é um instrumento da democracia usado em geral pela oposição em ocasiões de gravidade para o regime democrático, mas observou que não é o que ocorre no momento. Para ele, o que a oposição faz, propondo a criação de comissões a todo momento, é “desmoralizar o instituto da CPI”.

O senador pelo Maranhão explicou que leilão não é licitação e que seu funcionamento se dá com a venda de alguma empresa estatal pelo preço maior. “O que fazia o governo, através do BNDES, era procurar meios e modos para vender o patrimônio nacional pelo melhor preço possível. O governo teria sido negligente se não procurasse competidores para as estatais”, defendeu. De acordo com Lobão, nas privatizações brasileiras os valores foram “substancialmente elevados exatamente pela responsabilidade do governo”.

## Para Machado, pedido de CPI é só um gesto político

Apenas um gesto político. Foi como o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), classificou ontem o requerimento anunciado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar denúncias de participação de autoridades no sentido de direcionar o processo de privatização do sistema Telebrás.

Para Sérgio Machado, os telefonemas entre autoridades e o presidente da República, gravados e transcritos no jornal *Folha de S. Paulo*, demonstram a preocupação do governo em realizar um leilão em que se pudesse garantir a participação do maior número possível de concorrentes, o melhor preço pelo bem leiloado e empresas de qualidade. “É isso o que qualquer país do mundo faz quando vende um bem público”, comparou o senador. O líder partidário entende que o presidente foi informado “como qualquer dirigente deve ser”.

Machado questionou por que a



Machado questiona a oposição por não falar do “fato gravíssimo” que é o grampo telefônico

oposição não falou uma palavra sobre o “fato gravíssimo” de um presidente da República ter suas conversas gravadas e sua privacidade invadida. Ele defendeu a discussão de uma agenda positiva, em que se destaquem a criação de empregos e o desenvolvimento.

## Luiz Otávio condena o “terceiro turno da eleição”

Ressaltando que seu pronunciamento tinha como objetivo complementar o que disse o líder do governo, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a respeito da transcrição de telefonemas sobre a privatização da Telebrás publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) defendeu ontem a posição adotada no caso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. “Parece que estamos entrando no terceiro turno da eleição. Isso não vai nos levar a lugar algum”, comentou ele sobre a proposta de criação de uma CPI.

“Ainda não vi um homem mais investigado do que o presidente Fernando Henrique”, afirmou Luiz Otávio, citando casos que envolveram o atual governo sem que nada fosse comprovado. O senador se referiu especificamente a denúncias “feitas por um grupo em relação à abertura de contas nas Ilhas Cayman”.

Luiz Otávio disse que, para comprovar suas afirmações, estão aí as



“Em tudo que se tem apurado, nunca a figura do presidente foi envolvida”, afirma Luiz Otávio

duas CPIs que dão oportunidade a todas as pessoas de apresentar denúncias. “Em tudo que se tem apurado, nunca a figura do presidente foi envolvida”, frisou. O parlamentar fez referência também às observações do senador Antonio Carlos Magalhães de que “Fernando Henrique Cardoso vive de forma espertana”.



Álvaro: "Não é humano querer atingir a honra de um homem honesto"

## Álvaro Dias destaca honra de Fernando Henrique

Ao comentar o episódio das fitas gravadas sobre os leilões das teles, cujo teor foi divulgado na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez questão de garantir que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem o defeito da desonestidade. "FHC é um homem de bem e não é humano querer atingir a honra de um homem honesto", afirmou. Para Álvaro Dias, a Polícia Federal e o Ministério Público já estão investigando a escuta ilegal e as informações que as fitas contêm. "Não vejo qualquer necessidade de se instalar uma CPI para investigar o assunto. A não ser que se queira mais um palanque. Não creio que a oposição deseje a desestabilização do governo. Quanto a expor os responsáveis pela escuta, todos reconhecem ser muito difícil obter provas concretas." O senador pelo Paraná acredita que a leitura serena da reportagem da *Folha de S. Paulo* deixa clara, apenas, a preocupação "saudável" de FHC e de seus auxiliares diretos com a obtenção do preço mais alto possível no leilão. "Eles também se mostram preocupados com o aventureirismo e ansiosos em garantir que os vencedores fossem capazes de fornecer bons serviços à população, uma vez vitoriosos na concorrência", concluiu Álvaro Dias.

# Maguito considera graves as denúncias e apóia CPI

Senador diz que PSDB de Goiás defende apuração em situação semelhante e critica postura do partido do governo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou muito graves as denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a privatização da Telebrás e declarou que assinou o requerimento para a criação de uma CPI com o objetivo de apurar o fato. Lembrando que "quem não deve, não teme", o senador disse que o PSDB tem de ser "o maior interessado" na investigação desse episódio. Segundo Maguito, os senadores devem ter atitudes transparentes para mostrar ao país que estão no Senado "para fazer as coisas certas". O senador lembrou que em

Goiás o PSDB recriminou a privatização da geradora de energia do seu estado. "Eu fiz questão absoluta de pedir aos deputados do PMDB que aprovassem a CPI e investigassem o caso a fundo", disse, ressaltando que "o PSDB age de um jeito nos estados e em Brasília de outro".

— Como governador fui acusado terrivelmente; lá o PSDB prendeu, acorrentou, fez o que quis para apurar coisas mesquinhas, e por que aqui quer fugir? Lá em Goiás estamos incentivando a apuração dos fatos — esclareceu.



Maguito: senadores devem mostrar ao país que adotam atitudes transparentes

## Osmar Dias lê nota da Executiva do PSDB em defesa do presidente

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) saiu ontem em defesa do presidente da República, diante da denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o governo teria interferido no processo de privatização do sistema Telebrás. "A matéria da *Folha de S. Paulo* limpou qualquer dúvida que eu tinha a respeito da interferência do presidente da República no processo de privatização. Não tenho dúvida em defender o presidente", afirmou. O senador também leu nota da Comissão Executiva Nacional do PSDB em defesa do presidente.

Para Osmar Dias, a reportagem não traz nenhum indício de que houve vício no processo de privatização da Telebrás. "Criar esta CPI é querer tumultuar demais, é procurar chifre em cabeça de cavalo para desviar a atenção de outras discussões mais importantes", avaliou o senador.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que não se trata de discutir se o leilão arrecadou mais ou menos, mas sim a preferência que foi demonstrada pelo próprio presidente da República para alijar uma empresa do leilão. "No mínimo, o edital foi mal feito, pois permitiu que uma empresa que o governo entendia não ter os requisitos necessários estivesse participando do leilão", ressaltou.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse ter estudado a metodo-



Para Osmar Dias, reportagem não revela qualquer indício de vício na venda das empresas

logia de apuração dos preços mínimos e verificado que o processo "é uma farsa". Segundo o senador, montam-se cenários para aviltar os preços mínimos estipulados para empresas a serem privatizadas. Lando defendeu a criação de uma CPI para investigar quem estabeleceu os preços mínimos nas privatizações na área de telecomunicações: "É um crime contra o patrimônio público. Não houve licitação. Houve uma negociata".

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse estar estupefato com "a ignorância muito grande" que encontrou no Senado sobre os processos de licitação, avaliação e apuração de preços. "Uma companhia vale pelo que ela rende. É assim no mundo inteiro", observou. Para o senador, a gravação de conversas entre o presidente da República e seus auxiliares é "um jornal de on-

tem, coisa do passado".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) discordou da afirmação de Pedro Piva de que o assunto é "jornal de ontem". Para a senadora, esse tipo de atitude é que leva os jovens à idéia de que o crime compensa, e dizer que não existem fatos graves é desmerecer o Ministério Público.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sugeriu "que o presidente venha de público dizer se a participação dele no processo foi positiva ou não para o Brasil".

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) elogiou o trabalho feito pelo jornal e disse não acreditar que tenha havido fraude no leilão da Telebrás. Para ele, fraude seria o vazamento de informações privilegiadas ou a retirada de suporte financeiro para impedir a participação de algumas empresas. "O presidente da República não participou do critério de avaliação das empresas. O presidente valorizou o patrimônio público", afirmou.

Para José Fogaça (PMDB-RS), ele, o governo, garantiu e estimulou a concorrência. "Seria digno da oposição que, ao invés de preferir o denunciamento e o posicionamento gratuito, se unisse aos homens de bem para lutar contra o tubarato que se acostuma a lesar o patrimônio público utilizando ardis e facilidades", sugeriu o senador.

## Ademir: FHC tem algo a esconder

Ao defender a criação de uma CPI para investigar o processo de privatização de todas as estatais, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) comentou que se o presidente Fernando Henrique Cardoso está tentando interferir para que o Congresso não a instale é porque tem motivos para temer a apuração.

Na avaliação de Ademir Andrade, a instalação da CPI é necessária em razão das constantes denúncias de irregularidades na condução do processo de privatização das estatais brasileiras.

Dados do próprio governo, reportagens publicadas pela imprensa e o livro *O Brasil privatizado*, do jornalista Aloysio Biondi, foram citados por Ademir Andrade para justificar que o país teve prejuízo com a privatização de suas empresas. Ele destacou que são públicas as disparidades entre o suposto lucro anunciado pelo governo e os prejuízos efetivamente verificados no resultado final das privatizações.



Ademir vê disparidades entre o lucro anunciado e os prejuízos verificados nas privatizações

## Para Requião, leilões foram manipulados

Em aparte ao senador Ademir Andrade (PSB-PA), o senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso:

— Vamos fazer uma homenagem a Otávio Frias, da *Folha de S. Paulo*. Isto é jornalismo. Sem medo, o jornal expôs o inteiro teor das fitas, que comprometem sem a menor sombra de dúvidas o governo por inteiro, até o pescoço. Fernando Henrique Cardoso e seus amigos mais chegados estavam manipulando os leilões e as concorrências das estatais — comentou Requião.

Também em aparte, Geraldo Cândido (PT-RJ) exigiu a instalação da CPI e pediu o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, que no seu entendimento não tem mais legitimidade.



# Comissão define estratégia para fortalecer Mercosul

Bornhausen diz que crescimento do bloco superou todas as expectativas, mas agora experimenta um refluxo em decorrência da mudança na política cambial brasileira e da crise econômica que atinge a Argentina

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – Seção Brasileira, com apoio do Instituto Friedrich Naumann, está elaborando um planejamento estratégico de objetivos e atividades para os próximos dois anos, dentro das áreas de competência da comissão, com vistas ao fortalecimento do mercado comum.

Os trabalhos foram iniciados ontem sob a presidência do deputado Júlio Redecker (PPB-RS) e com a presença do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), secretário-geral da comissão, e dos deputados Feu Rosa (PSDB-ES), secretário-geral adjunto, Nelson Marchezan (PSDB-RS) e Nârcio Rodrigues (PSDB-MG). A coordenação



Bornhausen considera o Mercosul um instrumento de muito valor nas relações internacionais

ção está a cargo de Christine Boedler, diretora do Instituto Naumann.

– Temos que trabalhar com li-

nha e agulha para costurar o Mercosul – disse o presidente da comissão, observando que a harmonização legislativa do Mercosul

exige um relacionamento estreito com as embaixadas e um trabalho de inteligência com diversas entidades.

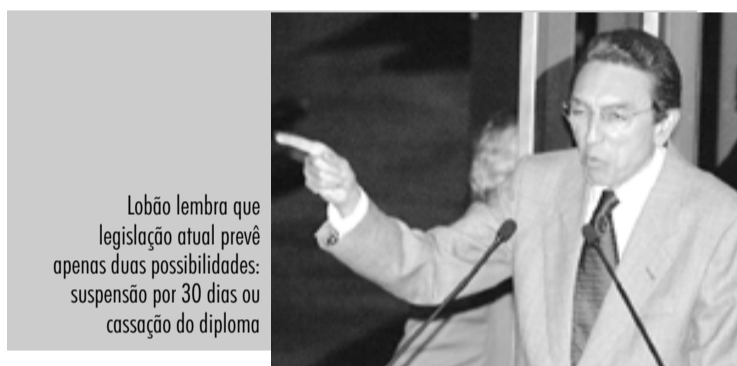
## FORTALECIMENTO

O senador Bornhausen manifestou opinião, compartilhada pelos demais participantes, de que a comissão deve definir prioridades com o objetivo de atuar pelo fortalecimento do Mercosul, cujo crescimento, a seu ver, superou todas as expectativas, mas que, agora, experimenta um refluxo em decorrência da mudança na política cambial brasileira e da crise econômica que atinge a Argentina.

– Não podemos abrir muito o leque; devemos ter noção exata do

que devemos fazer para recompor o Mercosul, hoje um instrumento de muito valor nas relações internacionais – disse Bornhausen.

Além de uma melhor estruturação interna da comissão, o planejamento envolverá a definição de linhas de ação estratégica em oito áreas correspondentes às subcomissões existentes, mas, *a priori*, serão analisadas questões como as relações do Mercosul com outros blocos, a derrubada de barreiras tarifárias e não tarifárias às exportações, a desregulamentação dos transportes e a integração pelo transporte multimodal na região, a normatização trabalhista, a integração cultural e a preservação do meio ambiente.



Lobão lembra que legislação atual prevê apenas duas possibilidades: suspensão por 30 dias ou cassação do diploma

## Projeto de Lobão institui punições disciplinares diferenciadas para médicos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou projeto de lei tornando mais diferenciadas as punições disciplinares a médicos que cometerem infrações no exercício de sua profissão. “Ao propor suspensões do exercício profissional variando de 30 dias a dois anos, o projeto cria alternativas de punição às constantes da atual legislação que prevê apenas duas possibilidades: suspensão por 30 dias ou cassação do diploma”, explicou.

Segundo Lobão, a atual lei que regulamenta a profissão de médico, datada de 1957, está ultrapassada. “Se, por um lado, nessas quatro décadas ampliaram-se as oportunidades de ação do profissional no combate à morte e à doença, surgiu, de outro, aumento dos riscos terapêuticos, em face do caráter cada vez mais invasivo dos modernos procedimentos clínicos e cirúrgicos.”

O senador pelo Maranhão disse

ter-se baseado em sugestão que recebeu do Conselho Regional de Medicina do estado. “Seu presidente, Abdon Murad Neto, alega que, em virtude dessa situação, vários médicos têm sido injustamente submetidos a processos ético-disciplinares, quando a fatalidade que acometeu o paciente decorre das diferentes formas de reação de cada organismo ao interagir com os novos aparelhos e medicamentos.”

### DISTÂNCIA

Para o conselho, há uma distância muito grande entre a pena mais leve (30 dias) e a mais severa (cassação), disse Lobão. “Por isso, decidi atualizar a legislação para criar um leque de opções, variando de 30 dias a dois anos. Assim, será possível aos conselhos um instrumento para avaliar, com isenção e equidade, eventuais falhas atribuídas aos médicos brasileiros”, concluiu.

## Estevão defende condições mínimas para profissional da área de segurança

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto que regulamenta as atividades de segurança pública, fornecendo as condições mínimas para o exercício da profissão. O projeto, levado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, reproduz proposta do deputado Alberto Fraga (PMDB-DF) e foi apresentado pelo senador para agilizar sua tramitação.

O projeto estabelece que são indispensáveis à atividade de segurança pública um seguro de vida e de acidentes – que será devido sempre que o acidente estiver relacionado com a função –, assim como um conjunto de acessórios mínimos: colete à prova de balas, revólver, casquete, cinto e fardamento completo. Assegura ainda o direito a vale-transporte e hora extra, além de defensor público quando o policial praticar crime no exercício da função pública.

Essas medidas, modestas na



Luiz Estevão observa que ainda há muitas lacunas na regulamentação da área de segurança pública no Brasil

opinião do senador, visam oferecer melhores condições de aparelhamento e defesa ao profissional da área. Segundo Luiz Estevão, mesmo tendo a Constituição estabelecido que a área de segurança pública seria regulamentada por lei, passados 10 anos, ainda restam muitas lacunas. O projeto visa dar início a esta regulamentação.

– Os profissionais que se dedicam à segurança pública, talvez a mais importante das atividades desenvolvidas pelo Poder Público, vêem muitas vezes colegas seus desaparecerem em serviço, e têm oportunidade de verificar que estes fatos seriam minimizados se os equipamentos adequados fossem disponibilizados – disse Estevão.



# Freire cobra decisão do Senado sobre precatórios

Preocupado com os prazos que estão vencendo, senador faz apelo por uma solução rápida, a fim de que estados possam renegociar os títulos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu ontem que o Senado adote uma posição a respeito de títulos emitidos por alguns estados para pagamento de precatórios e que ainda estão no mercado. Ele deseja que Pernambuco, Alagoas e Santa Catarina e as prefeituras de Campinas e Guarulhos possam renegociar papéis "que hoje estão num certo limbo", já que a CPI dos Precatórios paralisou, em 1997, sua negociação.

Freire preocupa-se com o fato de que as comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania ainda não deliberaram sobre projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que abre uma possibilidade na Resolução 78/97 para permitir que a negociação desses papéis possa ser retomada. Em plenário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que fará chegar aos presidentes das duas comissões o



Roberto Freire lembra que estados maiores, como São Paulo, foram atendidos

alerta de Freire.

O relator da matéria na CAE, senador Francelino Pereira (PFL-MG), tem parecer favorável à iniciativa, mas a maioria da comissão decidiu enviar o projeto para que a CCJ examine sua constitucionalidade. As duas comissões adiaram reuniões que estavam previstas para ontem e hoje, o que preocupou Freire.

— Os prazos estão vencendo e seria importante que o Senado tomasse uma posição, seja qual for. Mas é necessário tomar, e esse é o apelo que faço. Que a CCJ e a CAE não empurrem isso sem solução. Estados maiores foram atendidos, sem nenhuma audiência dessa Casa. Refiro-me a São Paulo, que renegociou amparado em medida provisória — afirmou ele.

## Geraldo Althoff quer conter a proliferação de municípios

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou proposta de emenda constitucional para conter o que chamou de "proliferação irresponsável de municípios". Além de impor regras rígidas para a criação de novos municípios, a PEC pretende reverter a emancipação do município caso ele não consiga apresentar, por dois anos consecutivos, um percentual de 8% de receitas próprias, ou seja, desvinculadas do Fundo de Participação dos

Municípios ou da ajuda estadual. Segundo Althoff, a "febre de emancipação" que se seguiu à Constituição de 1988, levou à criação de municípios que nem com os repasses federais e estaduais conseguem cobrir a manutenção da máquina administrativa, representada por prefeito, vice-prefeito, pelo menos nove vereadores, cinco secretários e número mínimo de funcionários.

O senador por Santa Catarina citou dados da *Gazeta Mercantil*

mostrando que somente entre 94 e 95 a pressão dos municípios sobre o déficit público aumentou 200%, passando de 0,34% para 1% do PIB. "Num momento de ajuste nas contas públicas, chegou a hora de nos livrarmos dos altos custos impostos pelo clientelismo político e pela esperteza de políticos demagogos que só estão interessados em votos e pouco se importando com o futuro do Brasil." Ele lembrou que depois da Constituição de 88 o número de municípios saltou de 4.177 para 5.507.

Pela proposta de Althoff, o desmembramento de municípios somente pode acontecer caso o distrito conte com pelo menos 40% da população original do município. Além disso, o novo município deve ser capaz de gerar, por meios próprios, pelo menos 10% da receita global corrente prevista pelo Tribunal ou Conselho de Contas da mesma jurisdição.



Geraldo Althoff diz que é hora de o país se livrar dos altos custos impostos pelo clientelismo



Tião Viana observou que trabalho da CPI está centrado nas causas que levaram à quebra do Banco do Acre

## Viana estranha que Brindeiro não tenha recebido deputados

Tendo acompanhado à Procuradoria Geral da República três deputados acreanos que investigam os fatos que resultaram na falência do Banco do Acre, o senador Tião Viana (PT-AC) estranhou que o chefe do Ministério Público, Geraldo Brindeiro, não os tenha recebido.

Ele afirmou ter informações de que, quando quis ser reconduzido ao cargo, o procurador-geral presenteou senadores com queijos e vinhos. E se espantou com o fato de que agora o procurador se recusa a receber um senador, que desejava relatar os sérios problemas enfrentados pela CPI instalada no Acre para analisar desmandos administrativos.

Conforme o senador, o trabalho dessa CPI, que investiga podero-

sas figuras públicas, está centrado nas causas que levaram à quebra do banco, que hoje tem uma dívida de R\$ 142 milhões. O parlamentar disse que as investigações têm enfrentado barreiras, até porque os procuradores da República designados para o Acre ficam ali apenas 29 dias, num inexplicável rodízio.

Pedir um procurador fixo para o estado era um dos objetivos dessa audiência que Tião Viana desejava ter com Geraldo Brindeiro, juntamente com os deputados acreanos. Segundo o senador, o procurador-geral não os recebeu sob a alegação de que isso não estava entre suas atribuições. O senador e os deputados visitaram a 4ª Câmara Criminal da Procuradoria Geral da República.



Eduardo Siqueira Campos lembrou ter deixado a escola quase pronta quando foi prefeito de Palmas

## Eduardo Siqueira Campos pede recursos para escola técnica

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou ontem a visita que o ministro da Educação, Paulo Renato, fará hoje a Palmas, capital do estado do Tocantins. O senador lamentou não poder estar presente, mas manifestou sua preocupação com a liberação de recursos para a conclusão da Escola Técnica Federal de Palmas, que está paralisada há dois anos.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que deixou a escola quase pronta quando foi prefeito da capital e que a obra recebeu elogi-

os das diversas comissões que a fiscalizaram. "Nós nunca tivemos um aluno fora da sala de aula em Tocantins, graças a um trabalho que precisa ser concluído com a finalização da escola técnica", afirmou.

O senador também disse esperar que o ministro Paulo Renato possa dizer alguma coisa sobre a reivindicação de criação da Universidade Federal do Tocantins, "para não continuarmos como vítima dessa exclusão em relação aos outros estados que já têm as suas universidades federais".

## Crescimento depende também de projeto cultural, diz Alcântara

Ao registrar o recebimento da publicação *Funarte em Ação*, que apresenta as principais ações da Fundação Nacional de Arte (Funarte), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)



Lúcio Alcântara

afirmou que a consolidação da retomada do crescimento e do desenvolvimento depende também da capacidade do governo de construir, junto com a população, um projeto cultural para o país. O senador pelo Ceará lembrou que, fundada em 1975, a Funarte tem por obrigação o incentivo, a prática, o desenvolvimento, a pesquisa e a difusão do teatro, da ópera, do circo, da dança, das artes plásticas, das músi-

cas popular e erudita, do cinema, do vídeo, do folclore e da cultura popular no Brasil e no exterior. Disse que a publicação *Funarte em Ação*, através dos seus textos em espanhol, francês e inglês, destina-se não só a mostrar um apanhado da diversidade cultural brasileira, mas também a fornecer informações a respeito das principais linhas de ação da entidade, endereços dos diversos órgãos componentes e visão dos programas e projetos em andamento.

O trabalho do presidente da Funarte, Márcio Souza, foi destacado por Alcântara pelo seu entusiasmo e competência. Ele salientou o compromisso do dirigente com respeito ao pluralismo das formas e conteúdos da expressão cultural do povo brasileiro.

# Senadores vão analisar programação de rádio e TV

Subcomissão proposta por Pedro Simon será instalada na próxima reunião da Comissão de Educação, anuncia seu presidente, Freitas Neto

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Freitas Neto (PFL-PI), anunciou ontem que a subcomissão destinada a acompanhar a programação das emissoras de rádio e televisão deverá ser instalada já na próxima reunião. A subcomissão foi criada por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e terá nove senadores.

Freitas Neto informou que o Bloco Oposição ainda não indicou os nomes dos dois representantes a quem tem direito. A subcomissão deve analisar o conteúdo dos programas, principalmente de TV, que, segundo avaliação dos membros da comissão, têm estimulado a violência e a iniciação sexual precoce.

Também participaram da reunião

da CE os seguintes senadores: do PFL, Djalma Bessa (BA), Eduardo Siqueira Campos (TO) e Juvêncio da Fonseca (MS); do PMDB, Gerson Camata (ES), Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR); do PSDB, Álvaro Dias (PR) e Luzia Toledo (ES) – vice-presidente da comissão; do PSB, Roberto Saturnino (RJ); e do PPB, Leomar Quintanilha (TO).

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*  
7h – *Saúde Todo Dia* – Basquete  
7h30 – *Especial Unip* – Psicoterapia – 1ª parte  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Musculação  
8h30 – *Jornal do Senado*  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Maranhão  
9h30 – *Entrevista* – O senador Djalma Bessa faz um balanço dos trabalhos da CPI que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário  
10h – Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores  
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
18h30 – *Entrevista* – O senador Djalma Bessa faz um balanço dos trabalhos da CPI que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário  
19h – *Cores do Brasil* – Dendê da Bahia  
21h – *Jornal do Senado*  
20h30 – *Entrevista* – O senador Djalma Bessa faz um

balanço dos trabalhos da CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário

21h15 – *Agenda Econômica* – O ministro Francisco Dornelles fala sobre o desemprego no país  
21h55 – *Senado em Pauta*  
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)  
Em seguida – Música e informações  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

Freitas Neto, Leomar Quintanilha e Luzia Toledo fazem parte da Comissão de Educação



## Comissão aprova renovação de concessões

A Comissão de Educação aprovou ontem pareceres favoráveis à renovação de concessões e permissões de 13 rádios de ondas médias (AM) e frequência modulada (FM) em operação no país. Delas, cinco estão em Minas Gerais, seis no Rio Grande do Sul, uma em São Paulo e uma no Paraná. Os projetos de decreto legislativo, já aprovados pela Câmara dos Deputados, seguem agora para apreciação do plenário do Senado.

Os relatores dos projetos indicaram que a documentação requerida pela Constituição e por resolução do Senado foi fornecida, atendendo aos requisitos técnicos e legais para a renovação. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ)

absteve-se nas votações, de acordo com a posição defendida pelo Bloco Oposição em defesa da imediata instalação do Conselho de Comunicação Social.

As rádios FM que devem ter suas permissões renovadas, segundo a Comissão de Educação, são as seguintes: Galáxia, de Coronel Fabriciano (MG), relator Francelino Pereira (PFL-MG); Estância, de São Lourenço (MG), relator Francelino Pereira; Educadora Trabalhista, de Ubá (MG), relator Francelino Pereira; Rede Norte Sul de Comunicação, de Porto Alegre (RS), relatora Emilia Fernandes (PDT-RS); Rádio Andrômeda Radiodifusão, de Pelotas (RS), relator José Fogaça (PMDB-

RS); Itapema, de Porto Alegre, relator José Fogaça; Tupã, de Tupã (SP), relator Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

As rádios AM que receberam parecer pela renovação das concessões são as seguintes: Clube de Minas Gerais, de Conselheiro Lafaiete (MG), relator Francelino Pereira; Educadora Trabalhista, de Ubá (MG), relator Francelino Pereira; Emissora Santuário Serafinense, de Serafina Corrêa (RS), relatora Emilia Fernandes; Portovisão, de Porto Alegre (RS), relatora Emilia Fernandes; Meridional, de Cachoeira do Sul (RS), relatora Emilia Fernandes; Alvorada, de Londrina (PR), relator Álvaro Dias (PSDB-PR).

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Ministro falará sobre funcionamento do Fundef

O ministro da Educação, Paulo Renato, vai comparecer no dia 8 de junho à Comissão de Educação do Senado para prestar informações sobre o primeiro ano de funcionamento do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A reunião está prevista para as 17h.

De acordo com a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), autora do requerimento de convocação, o ministro deverá falar aos senadores sobre o

alcance obtido pelo Fundef no desenvolvimento da educação. Paulo Renato também deverá abordar possíveis anomalias no programa, principalmente com relação a desvios de recursos para outras áreas.

O ministro ainda vai prestar informações sobre a política governamental para a radiodifusão com fins exclusivamente educativos, de acordo com requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

No mesmo dia, conforme informou

o presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto (PFL-PI), serão ouvidos Iara Glória Areias Prado, funcionária da Secretaria de Educação Fundamental, e Emílio Marques, diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas (Fundescola), órgãos subordinados ao Ministério da Educação. Eles vão prestar esclarecimentos sobre a distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste. O requerimento de convocação é do senador Luiz Otávio (PPB-PA).



Amorim acredita que dinheiro da venda da Ceron foi usado para financiar campanha

## Amorim questiona regras de privatização

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) questionou as regras de privatização das concessionárias de energia elétrica dos estados, em especial a da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron). A MP 1.560, de 1996, dispõe sobre refinanciamento de dívidas de estados, possibilita à Eletrobrás a participação acionária em concessionárias estaduais de energia elétrica, com o direito de gerir essas empresas e destinar seu resultado financeiro à amortização do refinanciamento, informou:

– A MP 1.580, de 1998, permitiu à Eletrobrás adquirir controle acionário dessas empresas em que tinha participação acionária para auxiliar os caixas desses estados, em face das dificuldades que atravessavam no segundo semestre, quando estavam em curso as campanhas eleitorais – explicou o senador.

Segundo Ernandes Amorim, “em audiência à CPI que se realiza na Assembléia Legislativa de Rondônia para apurar denúncias sobre a Ceron, o ex-secretário de Fazenda admitiu ter havido pressão do governo federal para liberar os recursos solicitados pelo então governador Valdir Raupp”.

Amorim afirmou que a Eletrobrás tomou o controle administrativo das concessionárias dos estados com os governos fragilizados, mediante adiantamento de recursos para posterior pagamento de diferenças na privatização. “Essas concessionárias, esvaziadas e desvalorizadas por serem amarradas a ‘contratos especiais feitos sem licitação’, serão destinadas a leilões de privatização”, concluiu.

# Patrocínio elogia proposta que protege meio ambiente

Brasil será o primeiro país da América do Sul a fixar normas de fiscalização do descarte de pilhas e baterias usadas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a decisão do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, de determinar ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) prioridade absoluta na discussão e na aprovação das normas de fiscalização do descarte e do gerenciamento ambiental de pilhas e baterias usadas. O senador afirmou que, com a nova legislação, aquele que continuar jogando pilhas no lixo será punido e enquadrado na Lei de Crimes Ambientais, considerada bastante severa.

Patrocínio informou que a primeira versão da resolução da Comissão Técnica do Conama sobre o assunto engloba os produtos que contenham em sua composição metais tóxicos como mercúrio, cádmio e chumbo, usados nas indústrias automotivas, médico-hospitalares e de telefones celulares. O senador destacou que tais produtos, além de perigosos ao ser humano, contaminam o lençol freático e comprometem o desenvolvimento da flora e da fauna, após a perda do poder energético.

A nova legislação, segundo Patrocínio, também trará benefícios diretos aos consumidores, pois deverá recomendar aos fabricantes a reciclagem das baterias e pilhas usadas, o que incentivará o prolongamento da vida útil desses materiais:

– O Brasil será o primeiro país da América do Sul a contar com uma lei específica sobre o assunto – acrescentou.



Patrocínio elogiou pioneirismo brasileiro na elaboração de lei contra crimes ambientais

Patrocínio disse que, apesar do esforço que o governo federal tem desenvolvido para uma boa ação em matéria de política ambiental, ainda há pouca consciência social sobre o respeito que deve ser dedicado ao meio ambiente. Ele defendeu a necessidade de se aumentar a carga de informações sobre o tema, principalmente nas escolas, universidades e locais de trabalho, e de se buscarem parcerias na tarefa de conscientização social junto aos grupos e entidades mais ativos da sociedade:

– É inquestionável que todas as ações agressoras contra o meio ambiente sejam formalmente controladas e fiscalizadas para se evitar danos mais graves à saúde pública e aos ecossistemas. A pressa na aprovação de uma legislação para controlar materiais tóxicos, defendida pelo ministro Sarney Filho, faz parte dos mecanismos que têm como objetivo maior proteger o meio ambiente e a vida – concluiu o senador.



Jucá afirma que área do Calha Norte é objeto de cobiça internacional

## Jucá pede que verbas do Calha Norte sejam mantidas

Revitalizar e incrementar a execução do projeto Calha Norte deve ser meta do Executivo e do Legislativo para beneficiar os brasileiros que vivem na área da fronteira norte-ocidental do país e assegurar a soberania nacional sobre o território, afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). O senador fez um apelo para que o governo mantenha as verbas destinadas ao projeto no orçamento federal, “de modo que suas ações não se interrompam por um golpe qualquer da caneta de um burocrata da Fazenda que ignora os problemas e a importância da Amazônia”.

Romero Jucá disse que o projeto Calha Norte já proporcionou realizações em vários setores na Amazônia, mas frisou que ainda é necessário incorporar definitivamente aquela região ao processo de desenvolvimento do país. Ele lembrou que o Calha Norte surgiu como projeto estratégico em 1985, com o objetivo de enfrentar as carências socioeconômicas da região e resguardar o território nacional.

A área do Calha Norte, que representa 14% do território nacional, com 1,2 milhão de quilômetros quadrados, segundo o senador, está ameaçada pela guerrilha e pelo narcotráfico colombianos:

– A instabilidade política de alguns países vizinhos e sua incapacidade de controlar o crime organizado constituem uma ameaça permanente aos interesses nacionais na área – disse.

A região, destacou Jucá, é rica em recursos minerais, o que desperta ainda mais a cobiça dos países fronteiriços e das grandes potências.

## Nabor diz que encontros do PMDB do Acre foram “um sucesso”

Os encontros setoriais do PMDB do Acre, com o objetivo de ajustar posições, buscando consolidar a unidade e renovar os quadros partidários, foram um sucesso, registrou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O senador salientou que o partido está vigoroso na oposição e afirmou que nos debates “ninguém se preocupou em esconder a realidade ou mascarar os resultados colhidos nos últimos pleitos”:

– Corajosamente e lealmente, todos os problemas foram expostos e analisados porque quem não aprende as lições decorrentes dos próprios erros está condenado a repeti-los muitas vezes. A sociedade acreana mostrou que o PMDB ainda está

no centro das atenções – analisou Nabor.

Participaram das discussões as bases e lideranças do PMDB de Brasília, Epitaciolândia, Assis Brasil, Xapuri, Capixaba, Tarauacá, Feijó e Jordão, Cruzeiro do Sul e do Vale do Juruá, segundo informou o senador. Ele destacou a presença do presidente em exercício do partido no estado, deputado João Correia, do tesoureiro Armando Dantas, do prefeito de Rio Branco, Mauri Sérgio, e do presidente do Diretório Municipal de Rio Branco, Wellyton Melo.

Nabor Júnior informou que em junho está marcado o IV Encontro Regional do PMDB do Acre, que será realizado em Rio Branco, com três “temas essenciais para o



Nabor Júnior: futuro do partido depende de unidade, renovação e alianças

futuro do partido no estado: unidade, renovação e política de alianças”.